

A INCLUSÃO DO BEBÊ COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO-COMPARATIVO EM DOIS MUNICÍPIOS DA GRANDE VITÓRIA

Rogério Drago - UFES/CE

r.drago@terra.com.br

Resumo: O estudo tem como objetivo central entender como se dá a inclusão do bebê com deficiência na educação infantil. É um estudo qualitativo baseado na perspectiva da pesquisa exploratória, com observação de salas de educação infantil em dois municípios da Grande Vitória. Para a análise dos dados manter-se-á um íntimo diálogo com os fundamentos teórico-filosóficos da Psicologia Sócio-Histórica, tendo em Vygotsky o principal interlocutor. Os resultados preliminares têm indicado diferenças substanciais quanto ao processo inclusivo do bebê, com caráter mais assistencialista e menos educacional.

Palavras-chave: infância; educação infantil; inclusão

A inclusão do bebê com deficiência: algumas concepções sobre educação infantil e inclusão

A escola hoje vive dilemas que fazem parte do debate macro que a sociedade globalizada moderna deste início de século enfrenta em todas as suas esferas. Isso parece mera conclusão do óbvio, porém quando se observa a fundo questões como igualdade étnica, de gênero, inclusão de pessoas com deficiência, respeito às diferenças e minorias, a prática escolar continua, salvo algumas exceções, reproduzindo práticas excludentes, não querendo ver que valorizar as diferenças, por exemplo, é valorizar cada ser humano, já que todos são diferentes em vários aspectos que transcendem os fatores biológicos.

Desde 1994, com o advento da Declaração de Salamanca, vivencia-se um processo denso de discussões acerca da inclusão de pessoas com deficiência no contexto comum de ensino em todos os seus níveis – infantil, fundamental, médio e superior. A inclusão, hoje, tem feito parte do debate educacional tanto na forma de leis quanto na teoria e na prática. Porém, poucos e incipientes ainda são os estudos que vêm identificar concepções inclusivistas dos profissionais que lidam com essa clientela nesses níveis de ensino, e, mais especificamente, na gestão da educação municipal.

Até algum tempo não se acreditava que pessoas com deficiência visual moderada a severa, surdez, deficiência auditiva, cegueira, deficiência física, dentre outras, conseguissem sair do ensino infantil, fundamental e/ou médio com um nível de aprendizagem considerado aceitável pelos padrões considerados normais.

Entretanto, o trabalho educacional com pessoas deficientes é um processo que começa a fazer parte do cenário mundial por volta do século XVII, conforme estudos realizados por Mazzotta (2001). Segundo Mazzotta (2001), o trabalho educacional com o deficiente sempre esbarrou em empecilhos fundamentados, principalmente, por questões religiosas, místicas e sociais, que viam a pessoa com algum tipo de deficiência ora como possuidora de uma espécie de carma, ora como pecadora, ora como inválida para a sociedade e o mundo do trabalho.

Essas visões inseridas num contexto histórico e social fizeram com que o trabalho educativo com a pessoa deficiente encontrasse várias barreiras também no Brasil, o que acabou contribuindo para que as pessoas com deficiência tivessem seu direito a uma educação comum não garantido na prática escolar cotidiana. Além disso, por ter sido um processo conturbado e segregacionista acabou fazendo com que, até hoje, não se acreditasse no potencial das pessoas com determinados tipos de deficiências, uma vez que, geralmente, apresentam desempenho acadêmico inferior.

Com o advento de uma nova visão acerca de homem, mundo e sociedade, o processo educacional das pessoas com deficiência tem sofrido mudanças drásticas, porém extremamente benéficas para a sociedade de modo geral, que tem visto pessoas com potencial criativo, intelectual e construtivo saindo dos guetos e assumindo uma posição de cidadão que possui direitos previstos em lei.

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade de bens e mecanismos mais eqüitativos no acesso a bens e serviços. Ligada a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular (MANTOAN, 2006, p. 16).

A literatura atual que trata da educação da pessoa deficiente tem enfatizado que existem ainda muitas armadilhas para que a escola inclusiva deixe de ser mera proposição e passe a existir de verdade. Uma dessas armadilhas reside na distinção que ainda se faz em relação à nomenclatura usada para distinguir o que seja inclusão, integração, necessidade educativa especial, dentre outras, que podem confundir o trabalho a ser realizado, bem como de quem se fala quando se trabalha na perspectiva de educação inclusiva para a pessoa deficiente.

Nesse sentido, analisando e vivenciando o modo como vem sendo feita a inclusão de alunos deficientes nas salas comuns da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, bem como os processos sociopsicológicos de aceitação-adaptação ao cotidiano vigente e, ainda,

tendo claro que a educação infantil e a inclusiva num contexto mais específico implicam um processo contínuo de reconhecimento da criança como ser social que produz conhecimento e cultura e nelas é produzida e reproduzida, bem como um processo de melhoria da escola, em todos os seus âmbitos institucionais, para promover a aprendizagem e a participação de todos os alunos, este estudo desenvolve-se levando em consideração três pressupostos básicos de análise: as concepções de educação infantil, infância e educação inclusiva da criança com deficiência na escola comum.

Esses três pressupostos foram considerados pelo fato de observar em alguns estudos (DRAGO; MICARELLO, 2005; KRAMER, 2005; MÜLLER, REDIN, 2007) que existem muitas dúvidas acerca das concepções de infância e Educação Infantil, no discurso dos profissionais responsáveis por esse nível de educação, que podem se refletir no cotidiano educacional e, também, vir a fazer parte do discurso da criança em seu processo de construção identitária desde a mais tenra idade. Além disso, dúvidas em relação ao que representa a inclusão são enormes no meio acadêmico e prático, como mostram outros estudos (MANTOAN, 2003; FERREIRA; GUIMARÃES, 2003; BAPTISTA, CAIADO E JESUS, 2008; DRAGO, 2007; dentre tantos outros).

Historicamente, de acordo com Heywood (2004) e Ariés (1981), o pensamento acerca da criança tem sido construído de forma paradoxal e, muitas vezes, conflituosa. Ora se tem a idéia, ainda presente, de criança como um ser puro, ingênuo, que será alguém num futuro próximo; ora ela é abordada no discurso atual como um ser que é produtor, possuidor e reproduzidor de história, cultura e conhecimento; ora é vista como folha em branco que precisa ser preenchida com tudo aquilo que a humanidade foi construindo durante os tempos. Às vezes se crê que, depois de tantos séculos, desde seu surgimento como categoria social, a infância já ocupa o papel que verdadeiramente lhe cabe, ou seja, o de que “[...] as crianças são sujeitos sociais e históricos, marcados pelas contradições das sociedades em que vivem” (KRAMER, 2003, p. 91).

Além disso, ao se tratar de educação infantil, educação inclusiva e as concepções de infância/criança/inclusão daí decorrentes, nos perguntamos: será que os municípios, com o advento da LDB 9394/96 que concebe a educação infantil como sendo a primeira etapa da educação básica de responsabilidade dos municípios e a educação especial como modalidade de ensino que deve perpassar todos os outros níveis e modalidades educacionais, estão preparados, tantos anos depois de sua promulgação, para dar conta da inclusão de crianças com deficiência matriculadas nas salas comuns do ensino infantil? Que concepções de

infância, criança, educação infantil e inclusão têm feito parte do discurso dos sujeitos que estão à frente da gestão educacional nos vários setores da secretaria de educação? Como se efetivam as práticas e ações pedagógicas e dialógicas de adultos e crianças de 0 a 3 anos de idade no contexto da educação infantil? E as crianças com e sem deficiência, como interagem?

Essas e tantas outras questões, aliadas ao fato de que a criança tem sido um sujeito extremamente excluído e invisibilizado no contexto educacional e social ao mesmo tempo em que vive os paradoxos da adultização, infantilização e glamorização, tendo ou não deficiência, como destacam estudos de Basílio e Kramer (2003), Pinto e Sarmiento (1997), Vasconcellos e Sarmiento (2007), Sarmiento e Gouvea (2008), num contexto mais atual e tantos outros num contexto mais histórico (DEL PRIORE, 1992; ARIÈS, 1981; RIZZINI, 1997; dentre outros) nos instigam a pesquisar os processos de inclusão da criança com deficiência de 0 a 3 anos na educação infantil.

A escolha por essa faixa etária se justifica pelo simples fato de percebermos a incipiência de estudos que têm sido realizados tendo como foco analítico a criança na idade da creche, como destacam documentos oficiais como a LDB 9394 (BRASIL, 1996) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998). Alia-se a esse aspecto o fato de que se observarmos estudos focando a inclusão realizados nos últimos anos no contexto nacional de modo geral (JESUS et all, 2006; JESUS et all, 2007; BAPTISTA et all, 2008; PALHARES e MARINS, 2002; MANTOAN, 2008; DRAGO, 2007) , perceberemos poucos com foco específico na educação infantil.

Além disso, destaca-se que, segundo Kramer (2001), comumente a criança é entendida como o oposto do adulto, ou seja, aquele ser que não possui maturidade nem idade suficiente para uma adequada integração social. Esse ainda é um pensamento que faz parte do imaginário social, principalmente quando a criança é identificada como o futuro da nação, ou como alguém que será outra pessoa.

O estudo em desenvolvimento

Este estudo tem como principal objetivo entender como se dá a inclusão do bebê – criança de 0 a 3 anos de idade – na educação infantil a partir das relações estabelecidas entre adulto-criança e criança-criança. Para tanto, delimitamos como objetivos específicos:

- Identificar as concepções de criança/infância/inclusão presentes na fala dos responsáveis pela educação do bebê;
- Analisar as relações interpessoais que perpassam o cotidiano educacional do bebê com deficiência em seu processo de humanização;
- Comparar as propostas inclusivas para essa faixa etária e esse nível educacional em duas cidades da região da Grande Vitória que têm projetos inclusivistas como políticas públicas.

Metodologicamente trata-se de um estudo qualitativo baseado na perspectiva da pesquisa exploratória, já que um trabalho é de natureza exploratória quando envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que possuem experiências práticas com o problema pesquisado e análise de pensamentos que possibilitem o entendimento das questões de estudo. Possui ainda a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias para a formulação de abordagens posteriores. Dessa forma, este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores (GIL, 1999). As pesquisas exploratórias, segundo Gil (1999) visam proporcionar, de modo aproximado, uma visão geral de um determinado fato.

Para o alcance dos objetivos propostos, bem como objetivando comparar os dados colhidos, a pesquisa está sendo desenvolvida em dois espaços de educação infantil que possuem turmas de crianças de 0 a 3 anos de idade, em duas cidades que compõem a região metropolitana da Grande Vitória.

As cidades escolhidas para o estudo são Cariacica e Vitória. A escolha por essas duas cidades se deu pelo fato de a primeira possui uma história educacional e política permeada por altos e baixos que começa a se efetivar de forma democrática e calcada em políticas públicas com vistas à qualidade dos serviços prestados a partir dos primeiros anos da década de 2000.

Enquanto que a segunda já vem experimentando esse processo desde a década de 1990, inclusive com políticas de formação continuada dos professores, descentralização de recursos, eleição direta de diretores, plano de cargos e salários, dentre uma série de outras propostas que culminam com uma educação que tem alcançado prêmios de relevância.

São sujeitos do estudo profissionais que lidam diretamente com a criança de 0 a 3 anos de idade na educação infantil – professores, auxiliares, babás, berçaristas, pedagogos, dentre outros dependendo da nomenclatura utilizada em cada municipalidade; crianças com e sem deficiência que freqüentem as mesmas salas. A criança com deficiência em processo de inclusão será o foco principal da observação.

Além desses, pretendemos ouvir os profissionais que lidam com essas crianças de forma indireta – responsáveis pela educação infantil e educação especial no âmbito das secretarias municipais de educação.

Para a coleta dos dados desenvolvemos entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos do estudo e observação do cotidiano escolar. A entrevista, numa perspectiva terá como pressuposto o fato de que se trata de um modo de abstrair, por meio da interlocução, “fatos, opiniões sobre fatos, sentimentos, planos de ação, condutas atuais e do passado, motivos conscientes para opiniões e sentimentos” (LAKATOS apud SZYMANSKI, 2008, p. 10) que se mostrem imprescindíveis ao alcance dos objetivos propostos para o estudo. Além disso, a entrevista semi-estruturada possibilita que outros pontos sejam enfatizados e aprofundados durante a realização, sem perder de vista, ainda, toda a gama de informações que advêm do olhar, do jogo simbólico e do rapport estabelecido entre entrevistador e entrevistado.

A observação está sendo feita *in loco*, por meio de anotações em diário de campo, por um período semanal de 4 horas – um dia por semana. Pretende-se observar nesse período momentos como o banho, a alimentação, a hora do pátio ou atividade externa à sala, hora do sono, dentre outros. A observação, neste estudo, terá como objetivo, mais do que simplesmente observar, registrar “[...] um encontro de muitas vozes [em que] ao se observar um evento, depara-se com diferentes discursos verbais, gestuais e expressivos (FREITAS, 2002, p. 28), afinal, “a observação não pode se prender apenas em descrever os eventos, mas procurar as suas possíveis relações, integrando o individual com o social” (FREITAS, 2003, p. 32).

Para análise dos dados coletados na pesquisa de campo, além do aprofundamento bibliográfico e documental da literatura contemporânea acerca dos campos analíticos da infância, Educação Infantil e inclusão, mantém um íntimo diálogo com os fundamentos e postulados teórico-filosóficos da Psicologia Sócio-Histórica, tendo em Vygotsky o principal interlocutor, entendendo que o pensamento sócio-histórico possibilita um entendimento maior acerca da apropriação simbólica intersubjetiva da criança deficiente incluída na Educação Infantil, uma vez que, “[...] na pesquisa qualitativa com enfoque sócio-histórico não se investiga em razão de resultados, mas o que se quer obter é a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação” (FREITAS, 2002, p. 21), ou seja, o objetivo geral deste estudo pode ser aprofundado nos fundamentos vygotkianos.

O interesse por Vygotsky se dá principalmente pelo fato de que ele via o ser humano como possuidor de história, cultura e ferramentas culturais e sociais de transformação da realidade, possuidor de materiais que possibilitam a concreticidade das coisas vivas e inanimadas. A Psicologia Sócio-Histórica concebe o homem (num sentido amplo) como um ser dotado de cultura e história que lhe são anteriores e que cabe a este ser, num processo interativo-mediado-mediador, de trocas interpessoais com os outros membros de sua espécie, se apropriar, produzir e reproduzir a sociedade à qual pertence. Ou seja, ao homem cabe o papel de deixar sua contribuição histórico-social para os outros que futuramente se apropriarão de suas marcas, num processo dialético, constante e, acima de tudo, mediado pelos seus pares.

Entendendo o homem num contexto muito maior do que o severo estabelecimento de bases biológicas analíticas e explicativas do comportamento, desenvolvimento e aprendizagem, Vygotsky (2001, p. 284) salienta que “[...] tudo no homem pode ser educado e reeducado sob uma correspondente interferência social. Neste caso, o próprio indivíduo não pode ser entendido como forma acabada, mas como uma permanente e fluente forma dinâmica de interação entre organismo e o meio”.

São essas experiências intersubjetivas que os postulados vygotksyanos possibilitaram entender nesta pesquisa que envolveu as concepções de infância, Educação Infantil e inclusão de pessoas deficientes nos espaços comuns da educação regular.

Ao propor as bases teóricas do pensamento sócio-histórico como eixo analítico do estudo, temos claro que esse paradigma de fundamentação adequa-se aos objetivos da pesquisa, pelo fato de que essa teoria tem subjacente a busca constante por “[...] refletir o indivíduo em sua totalidade, articulando dialeticamente os aspectos externos com os internos, considerando a relação do sujeito com a sociedade à qual pertence” (FREITAS, 2002, p. 22).

O desenvolvimento da pesquisa se divide em três etapas assim determinadas e discriminadas:

a) Contato e apresentação do projeto aos municípios: esta etapa realizou-se através de reunião com os secretários de educação, coordenadores da educação infantil e educação especial e demais assessores da secretaria de educação que integravam as respectivas equipes dos/nos dois municípios pesquisados.

b) Coleta de dados in loco e entrevistas: neste tópico são realizadas entrevistas semi-estruturadas com os secretários, assessores da educação infantil e especial, diretor, pedagogo e

professores de escolas que têm bebês com deficiência matriculados regularmente na educação infantil. Nesta etapa da pesquisa também será selecionada uma escola de educação infantil de cada município para a observação *in loco* do processo de inclusão.

c) Análise, comparação, discussão e apresentação dos dados coletados: esta etapa será desenvolvida através da análise dos dados coletados nas entrevistas e nas observações. Ao final, propõe-se um seminário com os dois municípios para que os dados sejam disponibilizados no sentido de promover novas formas de se repensar e ressignificar a inclusão, a educação infantil, a criança, a infância e o espaço ocupado pelo bebê com deficiência.

Conclusões preliminares

Os dados preliminares colhidos têm mostrado, basicamente, que a educação infantil e a presença do bebê com deficiência podem ainda ser vistos e entendidos como espaço para cuidado, com certa ênfase assistencialista, sem o caráter socioeducativo envolvendo dialeticamente o educar e o cuidar que têm sido a ênfase dos estudos sobre a infância. Entretanto, essa característica muda de município para município, dependendo do grau de inserção da educação infantil no contexto da educação básica, do montante de investimentos de recursos, da formação dos profissionais da área e das políticas públicas de inclusão desenvolvidas para esse nível de ensino, das concepções de criança, infância, educação, deficiência e inclusão. As entrevistas e observações deixam transparecer, inicialmente, que ainda se pensa a educação da criança com deficiência como algo que pode ser realizado de qualquer maneira, por qualquer pessoa, sem uma formação inicial sólida e sem a necessidade de uma formação realmente continuada. Parece que basta estar na escola para que a inclusão aconteça, o que, em nosso entendimento, não é garantia de inclusão.

Referências

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. de. **Educação especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

BASÍLIO, L. C.; KRAMER, S. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional**. LDBEN, nº 9.394. Brasília: Câmara Federal, 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1998.

DEL PRIORE, M. (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992.

DRAGO, R. **Infância, educação infantil e inclusão**. Vitória: Aquarius, 2007.

DRAGO, R.; MICARELLO, H. A. L. da S. Concepções de infância e educação infantil: um universo a conhecer. In: KRAMER, S. (Org.). **Profissionais de educação infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005.

FERREIRA, M. C. C.; FERREIRA, J. R. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas escolares. In: GÓES, M. C. R. de; LAPLANE, A. L. F. de. (Orgs.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREITAS, M. T. A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, n. 116, jul. 2002.

FREITAS, M. T. A. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In: FREITAS, M. T. A.; JOBIM e SOUZA, S.; KRAMER, S. (Org.). **Ciências Humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JESUS, D. M. de. **Pesquisa e educação especial: mapeando produções**. Vitória: EDUFES, 2006.

_____. et all. **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

KRAMER, S. (Org.). **Profissionais de educação infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005.

KRAMER, S.; LEITE, M. I. (Org.). **Infância: fios e desafios da pesquisa**. São Paulo: Papirus, 2001.

- LIMA, P. A. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.
- MANTOAN, M. T. E. Igualdade e diferença na escola: como andar no fio da navalha. In: ARANTES, V. A. (Org.). **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006.
- MANTOAN, M. T. E. Caminhos pedagógicos da educação inclusiva. In: GAIO, R.; MENEGHETTI, R. G. K. (Orgs.). **Caminhos pedagógicos da educação especial**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- _____. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MÜLLER, F.; REDIN, M. M. Sobre as crianças, a infância e as práticas escolares. In: REDIN, E.; MÜLLER, F.; REDIN, M. M. (Orgs.). **Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças**. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- PALHARES, M. S.; MARINS, S. **Escola inclusiva**. São Carlos: EdUFSCar, 2002.
- PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (Coord.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Universidade do Minho, 1997.
- RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1997.
- SARMENTO, M.; GOUVEA, M. C. S. de. (Orgs.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- SZYMANSKI, H. (Org.). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. 2.ed. Brasília: Líber Livro, 2008.
- VASCONCELLOS, V. M. R. de.; SARMENTO, M. J. **Infância (in)visível**. Araraquara: Junqueira&Marim, 2007.
- VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.